

Entre diários e velas: vozes da margem e desobediência epistêmica na literatura periférica

Alfa Almerinda Moura de Campos
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Viviani Cavalcante de Oliveira Leite
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Brasil

Introdução

A literatura marginal periférica ocupa um lugar fundamental na cena literária brasileira contemporânea, emergindo especialmente a partir dos anos 1990 como movimento artístico-político que rompe com a tradição canônica. Ao propor a denúncia da exclusão social e a afirmação de novas formas de narrar a experiência da margem, ela se distingue de outras literaturas de protesto ao insistir na autoria periférica como condição epistemológica irrefutável. Assim, obras como *Quarto de Despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus, e *Viela Ensanguentada* (2019), de Wesley Barbosa, materializam esteticamente as dores, as violências e as resistências de sujeitos historicamente silenciados. Mais do que registros de vidas subalternizadas, esses textos emergem como atos políticos de fala e de escrita, tensionando os limites da literatura "oficial".

É precisamente neste contexto que a Crítica Biográfica Fronteiriça, conforme proposição de Edgar Cezar Nolasco, oferece um instrumental analítico particularmente produtivo. Diferentemente de abordagens que separam rigidamente vida e obra, texto e contexto, a CBF compreende que os sujeitos situados nas fronteiras (econômicas, sociais, epistêmicas e políticas) produzem conhecimento a partir de localizações específicas que não podem ser ignoradas. Não se trata, portanto, de reduzir o texto à biografia, mas de reconhecer que a experiência encarnada da margem constitui um saber epistemologicamente válido e irrenunciável.

Situamo-nos aqui como mulheres brancas que, embora não experienciemos o racismo estrutural, habitamos as fraturas sociais da precariedade econômica e do silenciamento que atravessa historicamente as mulheres na produção do conhecimento legitimado. Nossa inserção nas margens se dá, portanto, por uma constelação de vulnerabilidades que não são idênticas às de Carolina e Barbosa, mas que nos permitem uma escuta particular das suas vozes. A CBF, nesse sentido, nos convida a uma postura ética: reconhecer que nossas vivências na margem, marcadas pela precariedade material e pela luta por visibilidade acadêmica enquanto mulheres, não nos autorizam a falar por os autores que estudamos, mas nos situam num lugar de solidariedade e reconhecimento da alteridade. É a partir dessa localização fronteiriça específica, não central, mas também não idêntica à daqueles cuja margem é interseccionalmente agravada por racismo, que produzimos esta leitura.

Assim, quando nos aproximamos das narrativas de Carolina e Barbosa, fazemo-lo compreendendo que suas experiências de corpo negro na periferia inscrevem um conhecimento que é distinto do nosso, mas que dialogam com a margem que também nos constitui. A violência estrutural que eles denunciam, embora não nos atravesse da mesma forma racial, nos é inteligível porque conhecemos a precariedade, a falta de acesso, a luta por legitimidade. Essa inteligibilidade não é apropriação, mas abertura ao diálogo crítico que a CBF propõe: reconhecer que produzimos conhecimento a partir de onde estamos, sem pretender falar da perspectiva de quem nos precede e nos constitui como leitoras.

A perspectiva de Ronaldo Lima Lins (2002), que observa como a violência atravessa temas, forma, linguagem e estrutura narrativa, ganha, nessa ótica, uma dimensão ainda mais complexa. A violência não é apenas forma estética, mas também inscrição de uma experiência vivida que não é completamente nossa, ainda que a precariedade que a acompanha nos seja familiar. De igual modo, a fragmentação em Barbosa, aquela que registra corpos ameaçados nas ruas das periferias, demanda uma leitura que reconheça, em sua urgência e radicalidade, uma verdade que excede e transcende a nossa localização.

Somam-se a esse olhar os aportes de Djamila Ribeiro, cuja reflexão sobre lugar de fala nos força a pensar sobre os lugares que ocupamos e os que não ocupamos, Gayatri

Spivak, Regina Dalcastagnè e Érica Peçanha do Nascimento, que contribuem para pensar a centralidade da voz periférica, o direito à fala e a crítica às exclusões do cânone. Particularmente, o conceito de desobediência epistêmica de Walter Mignolo (2008) ressoa com a proposta da CBF quando compreendemos que nossas próprias presenças como mulheres brancas produzindo conhecimento crítico nas margens, recusando o conforto da neutralidade acadêmica branca, constituem também um ato de desobediência, ainda que de natureza distinta. Não se trata de uma desobediência que confronta a hierarquia racial, mas aquela que confronta a hierarquia de gênero e classe que nos torna historicamente excluídas do campo de produção de saber legitimado.

As escritas de Carolina e Barbosa, contudo, realizam uma desobediência epistêmica múltipla, interseccional, que vai além do que podemos realizar. Enquanto mulheres brancas que vivemos nas margens, marcadas pela precariedade econômica e pelo lugar historicamente marginal das mulheres na produção do conhecimento, nossa relação com os textos de Carolina Maria de Jesus e Wesley Barbosa é necessariamente atravessada por uma complexidade que precisamos explicitar. A Crítica Biográfica Fronteiriça, conforme proposto por Nolasco, não nos autoriza a uma apropriação das experiências alheias, mas sim a um posicionamento ético de abertura e alteridade.

Nossas vivências nas fraturas sociais, a fome, a precariedade material, a luta por visibilidade e por fala legítima, criam uma ressonância com os textos que lemos, mas essa ressonância não é equivalência. A violência que Carolina registra em seu diário não é a mesma que experimentamos; a ameaça que persegue os corpos negros de Barbosa nas ruas não é a mesma que nos persegue enquanto mulheres brancas pobres. Reconhecer essas diferenças não enfraquece nossa leitura, ao contrário, a fortalece ao nos impedir de uma pretensa universalização de nossas experiências.

A CBF nos situa, portanto, num lugar de responsabilidade: produzir uma crítica que escuta, que reconhece a alteridade, que não reduz os autores estudados às nossas próprias categorias de compreensão. É de um lugar de solidariedade, não de simetria, que propomos esta leitura.

Vozes da margem e o direito à fala

Se, como afirmamos na introdução, a literatura marginal periférica emerge como prática epistemológica situada, então a noção de lugar de fala torna-se eixo estruturante da leitura aqui proposta. A Crítica Biográfica Fronteiriça nos convoca a reconhecer que determinados saberes não apenas narram a margem, mas são produzidos a partir dela. É nesse ponto que a escrita de Carolina Maria de Jesus e de Wesley Barbosa se impõe não como representação da periferia, mas como enunciação encarnada. A escrita de Carolina Maria de Jesus, em forma de diário, desloca a literatura do espaço erudito para o cotidiano da favela, instituindo o que Djamila Ribeiro denomina lugar de fala. Para Ribeiro (2019, p. 64), “quando falamos de lugar de fala, não é sobre representar o outro, mas garantir que todos possam falar por si mesmos”. Essa reflexão ecoa na escrita da autora, que rompe com a mediação da elite intelectual e inscreve sua própria voz como protagonista da narrativa, quando, no seu diário, Carolina evidencia:

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos.

...Nas prisões negros eram os bodes expiatórios. Mas os brancos agora são os mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz.

Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, eu mandei os meninos para escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair.

...Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada:

Viva a mamãe!

A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o hábito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura a dona Ida. Ela não tinha. Mandeí-lhe um bilhete assim:

“Dona Ida peço-lhe se pode me arranjar um pouco de gordura, para eu fazer uma sopa para os meninos. Hoje choveu e eu não pude catar papel. Agradeço. Carolina.”

...Choveu, esfriou. É inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou a pedir comida. E eu não tinha. Era reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha para Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos.

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão - a fome! (Jesus, 2014, p. 32).

O relato de Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de despejo*, evidencia como a memória da escravidão se reinscreve no cotidiano da fome e da exclusão social. Ao narrar o 13 de maio de 1958 como um dia marcado não pela celebração da liberdade, mas pela luta contra a “escravidão, a fome”, a autora desloca a comemoração oficial para a experiência concreta da marginalidade. A abolição deixa de ser marco jurídico e revela-se como promessa não cumprida. Aqui, a perspectiva da Crítica Biográfica Fronteiriça ilumina a potência dessa escrita: não se trata de converter a biografia em explicação causal da obra, mas de reconhecer que o texto é atravessado por uma experiência histórica e racial específica que constitui um saber. Carolina escreve como mulher negra, favelada e mãe solo, e essa localização não é detalhe contextual, mas fundamento epistemológico.

Vale destacar que sua escrita não apenas denuncia a fome: ela reconfigura o gênero diário. Tradicionalmente associado à intimidade e à introspecção, o diário, em Carolina, torna-se instrumento de análise social radical. A subjetividade feminina negra, historicamente confinada ao silêncio ou à hipervisibilidade estigmatizada, converte-se em voz crítica. Nesse ponto, conecta-se à reflexão de Djamila Ribeiro (2019), para quem “quando falamos de lugar de fala, não é sobre representar o outro, mas garantir que todos possam falar por si mesmos” (Ribeiro, 2019, p. 64). A posição de Carolina, mulher negra, favelada e mãe solo, confere autoridade epistêmica à sua escrita, pois é a partir desse lugar social marcado pela opressão que ela denuncia as contradições da democracia racial e da abolição inconclusa.

Se Carolina reinscreve a memória da escravidão na fome cotidiana, Wesley Barbosa atualiza essa denúncia na geografia da violência urbana contemporânea. A viela, em sua narrativa, não é apenas cenário, mas arquivo vivo de exclusão histórica. A leitura de Spivak sobre o silenciamento do subalterno ilumina essas produções: “o subalterno não pode falar” (Spivak, 2010, p. 126) é uma afirmação que denuncia os mecanismos que impedem a escuta dessas vozes. No entanto, tanto Carolina quanto Barbosa tensionam essa impossibilidade, criando formas literárias que forcem a escuta do centro.

Depois daquele episódio, morei em um bairro onde sempre que se passava de ônibus podia-se ver um local chamado A Nova Palestina, cheio de barracas, pedaços de madeira e sacos de lixo forrando os tetos de tábuas apodrecidas. Gente famélica revirava o lixo da comunidade.

Alguns botecos haviam sido improvisados a fim de vender cachaça para os moradores.

Um dia os agentes da prefeitura foram lá e colocaram todo mundo na rua. A polícia deu tiro de borracha e teve uma senhora que caiu desmaiada no chão. Isso só me leva a pensar que se fosse publicar a biografia de todas as favelas, respingaria sangue a cada virar de página, e os parágrafos seriam apenas um longo obituário, escrito pelas mãos sujas do estado.

Contudo, mesmo vendo as paisagens do inferno, por causa do trajeto que o ônibus fazia todas as vezes que ia trabalhar, agora mamãe estava animada com o novo emprego. Ela podia voltar para casa todos os dias, e eu já não era um menino ingênuo. Apesar de não me envolver diretamente, conhecia os malandros das ruas que fumavam maconha na viela.

Um cara chamado Mosca Morta chegou perto de mim e disse:

— Já fumou um baseado, Neguinho?

— Já experimentei, mas não gostei da brisa – menti, olhando-o nos olhos.

— Tá ouvindo isso, Peixe?

— Deixa o cara no canto dele. O moleque é gente boa. — Disse o outro com os olhos avermelhados.

— Gente boa é nós, irmão!

— Cê tá enchendo a cara aqui na viela por quê, Mosca Morta? Quer arrumar pra cabeça, mano?

— Tô iniciando o menino na vida.

— Essa vida dos infernos! – Disse Olho-de-Peixe, passando o cigarro de maconha para um cara que, além de não dizer nada, tragava e soltava fumaça para o ar como se fosse uma chaminé. — Essa vida lixo não é pra ele, não, irmão. (BARBOSA, 2019, p. 25-26).

No trecho de *Vuela Ensanguentada*, a expulsão violenta da comunidade e o “obituário escrito pelas mãos sujas do Estado” sintetizam a continuidade histórica da violência estrutural. Se em *Carolina* a fome é nomeada como escravidão persistente, em *Barbosa* a necropolítica urbana se inscreve na rotina das remoções, da polícia e da criminalização. Nesse sentido, a obra ressoa com a reflexão de Djamila Ribeiro (2019), ao afirmar que “não é a posição de falar em si, mas as estruturas sociais que determinam quem pode falar e quem será ouvido” (Ribeiro, 2019, p. 35). Barbosa explicita justamente essas estruturas: quem pode circular sem suspeição? Quem é interpelado pela polícia? Quem é transformado em estatística?

A viela torna-se espaço de disputa simbólica. Ali, a linguagem oral, os apelidos, os diálogos rápidos e tensionados revelam uma sociabilidade própria, marcada por violência, mas também por pertencimento e cuidado. Assim, a literatura marginal periférica não apenas denuncia, ela reinscreve dignidade narrativa nos sujeitos historicamente reduzidos à categoria de problema social. A leitura conjunta de *Quarto de despejo* e *Vuela Ensanguentada* evidencia, portanto, que o lugar de fala não é identidade essencializada, mas prática situada de produção de conhecimento. Como afirma Ribeiro (2019), “não se trata de falar por, mas de permitir que cada um fale a partir de seu próprio lugar” (Ribeiro, 2019, p. 87). *Carolina* e *Barbosa* falam e, ao fazê-lo, deslocam as fronteiras do literário e do político.

Essa reorganização do campo literário pode ser compreendida à luz do que Walter Dignolo denomina desobediência epistêmica. Se a modernidade construiu sua narrativa a partir da exclusão sistemática de saberes localizados nas margens coloniais, raciais e sociais,

escrever desde a periferia constitui gesto que ultrapassa a inserção no cânone: trata-se de questionar os próprios critérios de legitimação do saber. Como afirma Mignolo, “A descolonialidade requer a desobediência epistêmica, porque o pensamento fronteiriço é, por definição, pensar na exterioridade, nos espaços e tempos que a auto-narrativa da modernidade inventou como seu exterior para legitimar sua própria lógica de colonialidade.” (Mignolo, *Habitar la frontera*, p. 467, tradução livre).

Nesse sentido, tanto *Quarto de despejo* quanto *Vielas Ensanguentadas* podem ser lidos como exercícios de pensamento fronteiriço. Carolina Maria de Jesus escreve da favela — espaço produzido como exterioridade social — e transforma esse “fora” em centro enunciativo. Wesley Barbosa, ao narrar a *vieira* como território de memória e denúncia, igualmente opera desde essa exterioridade. Ambos desobedecem à lógica epistêmica que historicamente reservou à periferia o lugar de objeto e não de sujeito do discurso. A desobediência epistêmica, aqui, não se manifesta apenas na temática, mas na própria estrutura narrativa, na oralidade assumida, na fragmentação, na recusa da neutralidade. Ao escreverem a partir da margem, esses autores não solicitam autorização ao centro; eles produzem conhecimento que emerge da experiência colonial interna brasileira, revelando as fissuras da modernidade que se pretende universal. Essa articulação também recoloca nosso próprio posicionamento crítico. Se a *Crítica Biográfica Fronteiriça* nos convoca a pensar desde nossas localizações específicas, então nosso gesto interpretativo só pode se sustentar enquanto exercício ético de escuta da alteridade, reconhecendo que o pensamento fronteiriço que Carolina e Barbosa encarnam excede nossa própria experiência de margem.

Estética da violência e da ruptura

Se a violência estrutura o cotidiano narrado, ela também estrutura a forma. É aqui que a contribuição de Ronaldo Lima Lins se torna central para aprofundar o que a introdução já indicava: vida e obra não se dissociam nas escritas de fronteira. Conforme Ronaldo Lima Lins (2002, p. 21), “a violência está presente não apenas no enredo, mas também na forma de narrar, nos silêncios e fraturas do texto”. Tal observação permite compreender que, na literatura marginal periférica, estética e experiência são indissociáveis. Em *Quarto de Despejo*, a escrita direta, quase telegráfica, reflete a urgência da sobrevivência. As frases

curtas, os saltos abruptos entre acontecimentos e reflexões, a alternância entre lirismo e ironia compõem uma sintaxe marcada pela escassez — de tempo, de alimento, de estabilidade.

...Vesti as crianças e eles foram para escola. Eu fui catar papel. No frigorífico vi uma mocinha comendo salsicha do lixo.

Você pode arranjar um emprego e levar uma vida reajustada.

Ela perguntou-me se catar papel ganha dinheiro. Afirmi que sim. Ela disse-me que quer um serviço para andar bem bonita. Ela está com 15 anos. Época que achamos o mundo maravilhoso. Época em que a rosa desabrocha. Depois vai caindo pétala por pétala e surgem os espinhos. Uns cansam da vida, suicidam. Outros passam a roubar. (..) Olhei o rosto da mocinha. Está com uma boqueira. Os preços aumentam igual as ondas do mar. Cada qual mais forte. Quem lutas com as ondas? Só os tubarões. Mas o tubarão mais feroz é o racional. É o terrestre. É o atacadista.

A lentilha está 100 cruzeiros o quilo. Um fato que alegrou-me imensamente. Eu dancei, cantei e pulei. E agradei ao rei dos juízes que é Deus. Foi em janeiro que as águas invadiu os armazéns e estragou os alimentos. Bem feito. Em vez de vender barato, guarda esperando alta de preços: Vi os homens jogar sacos de arroz dentro do rio. Bacalhau, queijos, doces. Fiquei com inveja dos peixes que não trabalham e passam bem.

Hoje eu estou lendo. E li um crime do Deputado de Recife, Nei Maranhão. (...) li o jornal para as mulheres da favela ouvir. Elas ficaram revoltadas e começaram a xingar o assassino. E lhe rogar praga. Eu já observei que as pragas dos favelados pegam.

...Os bons eu enalteço, os maus eu critico. Devo reservar as palavras suaves para os operários, para os mendigos, que são escravos da miséria. (Jesus, 2014, p. 60-61).

No excerto, a violência manifesta-se não apenas na fome ou no desperdício de alimentos, mas na própria estrutura textual fragmentada. As imagens se sobrepõem: a jovem de quinze anos comendo no lixo, o atacadista-tubarão, o jornal que noticia assassinatos. Não

há linearidade pacificadora. A narrativa é atravessada por interrupções, como se a própria escrita disputasse espaço com a necessidade imediata de sobreviver. É nesse sentido que Ronaldo Lima Lins (2002, p. 21) observa que “a violência está presente não apenas no enredo, mas também na forma de narrar, nos silêncios e fraturas do texto”. Em Carolina, a fratura textual ecoa a fratura social. Em Barbosa, essa estética da violência assume outro ritmo: a fragmentação aproxima-se da oralidade e da cadência do rap. O diálogo direto, a tensão crescente e a alternância entre introspecção e ameaça produzem um efeito de urgência constante.

Naquela época eu não tinha dinheiro nem mesmo para a condução. Então, ia para a biblioteca municipal de carona. O motorista da linha 18 era um velho temeroso e gente boa. Ele se chamava Paulo, e todas as vezes que me via no ponto de ônibus, abria a porta de trás pela qual eu entrava com o circular em movimento. Seguindo ao lado da janela, eu pensava em Dandara e no que ela havia me dito sobre a faculdade.

Se aquela moça soubesse o lugar onde eu morava, entenderia que, para mim, as coisas não eram tão fáceis assim. Queria vê-la esbanjando seu lindo sorriso passando todos os dias na rua e vendo a polícia ameaçando crianças de dez e doze anos, com revólver apontando para a cabeça delas. Gente idosa puxando carroça, com um monte de tranqueiras dentro – ferro, alumínio, cobre e papelão – para vender por um valor de lágrimas. Eu próprio já havia saído catando latinhas pelas ruas, e uma vez fui parado por policiais que viram em mim alguém suspeito, por causa do saco preto de lixo onde eu jogava aquelas porcarias. Ou era a minha cor que fazia levantar tal suspeição?

— Encosta na parede! – disse um dos policiais. – Tá surdo, moleque? Mandei você ir pra porra da parede, caralho!

Encostado na parede, com as mãos na cabeça, o medo percorreu minha espinha dorsal, porque o lugar em que eu estava catando latinha parecia deserto. Se um daqueles policiais se encasquetasse comigo, poderia me encher de balas, deixando meu corpo franzino no meio da rua, para que todos vissem e pensassem que eu havia sido morto pela bandidagem.

(...) Ameaçando tirar o revólver do coldre, um dos policiais disse:

— Tá fazendo o que na rua, neguinho?

— Vendendo droga por aqui, meliante? – disparou outro, olhando para os lados, vendo se não estávamos espiados pelo zé-povinho.

— Não ouviu a pergunta do policial, seu cuzão? – disse o primeiro em tom intimidador. (Barbosa, 2019, p. 31, 32).

Aqui, a violência não é apenas descrita; ela é performada pela linguagem. O medo do narrador, a suspeição racial explícita — “Ou era a minha cor que fazia levantar tal suspeição?” — e os cortes abruptos da cena intensificam a sensação de instabilidade. Ronaldo Lima Lins (2002) reforça que “a literatura possibilita apreender a violência em sua dimensão estética, revelando rupturas e silêncios que denunciam a opressão” (p. 48) e que “o texto literário é capaz de tornar perceptível o sofrimento e a precariedade social, transformando dor em escrita” (p. 52). Assim, tanto em Carolina quanto em Barbosa, a violência estrutura o ritmo, a sintaxe, a organização do relato. A forma não suaviza a experiência: ela a expõe. A literatura marginal periférica reinventa o fazer literário ao transformar precariedade em linguagem e fratura social em fratura textual.

Exclusão e representatividade literária

A potência estética dessas obras ganha ainda maior relevância quando situada no campo literário brasileiro. Regina Dalcastagnè (2005, p. 15) lembra que “a literatura brasileira é produzida majoritariamente por homens, brancos e de classe média”. Tal dado não é mera estatística: ele revela uma estrutura de exclusão que determina quem é autorizado a narrar a nação. A emergência de Carolina Maria de Jesus e, décadas depois, de Wesley Barbosa, tensiona essa hegemonia. Não se trata apenas de novos temas, mas de novos sujeitos da enunciação.

Até que enfim parou de chover. As nuvens deslisa-se para o poente. Apenas o frio fustiga. E várias pessoas da favela não tem agasalhos. Quando uns tem sapatos, não tem paletó. E eu fico condoída vendo as crianças pisar na lama. (...) Percebi que chegaram novas pessoas na favela. Estão maltrapilhas e as faces

desnutridas. Improvisam um barracão. Condoí-me de ver tantas agruras reservadas aos proletários. Fitei a nova companheira de infortúnio. Ela olhava a favela, sua lama e suas crianças paupérrimas. Foi o olhar mais triste que eu já presenciei. Talvez ela não tem mais ilusão. Entregou sua vida aos cuidados da vida.

Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira! Mas, as misérias são reais.

O que eu me revolto é contra a ganância dos homens que espremem uns aos outros como se espremesse uma laranja. (JESUS, 2014, p. 46)

No trecho, Carolina antecipa a descrença do leitor: “Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira! Mas, as misérias são reais.” Essa frase explicita a disputa por legitimidade. A autora sabe que sua voz será questionada, e responde afirmando a realidade da experiência periférica. Sua escrita exemplifica o que Érica Peçanha do Nascimento (2009, p. 97) aponta: “a literatura marginal não busca apenas reconhecimento estético, mas reivindica seu lugar como prática política e social”. Escrever é existir publicamente. É inscrever a favela no mapa simbólico do país. Em Barbosa, a denúncia assume contornos igualmente contundentes:

Dava pra ouvir os gritos de alguma mãe chorando na madrugada. Depois um silêncio de igreja, ou de cemitério, tomava conta de toda favela, como se fosse o prelúdio, ou aviso indesejado, de que a qualquer momento um neguinho poderia ser o próximo corpo encontrado estendido na rua da viela, todo perfurado pelas balas da polícia. Por isso havia desgraça nos olhos dos moradores, na fala chorosa de alguém que perdera o filho para o vício das drogas, no dormir e acordar vendo o miserê à nossa frente: o lixo pelas ruas, às vezes cheirando a fezes humanas, era de dar nojo! Em algum barraco devia ter alguém pensando em suicidar-se. Gente que se agarrava à fé também podia desprender-se do rebanho e começar a frequentar os bares, a enlouquecer e perder até o que não tinha, pois bastava um motivo (havia tantos!) para isso acontecer. A nossa vida parecia uma penitência sem fim, mas porque acreditar em um inferno – no inferno que seu Cristóvão vivia pregando! – se pelas quebradas víamos o

demônio segurando cassetetes, nos apontando o revólver e matando nossos irmãos?

Eu podia ler um livro inteiro de preocupações nos olhos de minha mãe:

— O bairro tá ficando cada vez mais perigoso. Encontraram outro corpo na viela! Era a moça que dormia com o tal do Escuridão. (Barbosa, 2019, p. 78, 79)

A descrição da favela como espaço de luto permanente, de ameaça constante e de precariedade estrutural desloca o imaginário romantizado da periferia. O inferno não é metáfora religiosa: é experiência cotidiana mediada pelo Estado e pela violência institucional. Ao oferecer esse olhar periférico, Barbosa confronta a tradição literária majoritariamente “produzida por homens, brancos e de classe média” (Dalcastagnè, 2005, p. 15), ao mesmo tempo que reafirma a literatura como prática política, conforme sublinha Nascimento (2009, p. 97). A leitura conjunta das obras evidencia que a representatividade, aqui, não é tokenismo simbólico, mas transformação estrutural do campo literário. Carolina e Barbosa não pedem inclusão: eles escrevem, publicam e deslocam o centro. Sua presença reorganiza o que pode ser considerado literatura legítima. Assim, a literatura marginal periférica constitui-se como testemunho social e como intervenção política. Ao reinscrever a experiência da fome, da violência policial e da suspeição racial no interior do texto literário, esses autores produzem uma reconfiguração epistemológica: a margem deixa de ser objeto de estudo e torna-se sujeito de conhecimento.

Conclusão

Entre diários e vielas, a literatura marginal periférica vai muito além de uma mera narrativa da violência estrutural, ela se converte em gesto crítico e intervenção epistemológica. Em *Quarto de despejo*, Carolina Maria de Jesus reinscreve a memória da escravidão na fome cotidiana, desestabilizando o mito da abolição como marco de liberdade plena. Em *Vielas ensanguentadas*, Wesley Barbosa evidencia a permanência da necropolítica urbana que administra corpos negros e periféricos sob a lógica da suspeição e da morte anunciada.

Mais do que tematizar a exclusão, essas obras operam uma reconfiguração do campo literário ao deslocarem o centro da enunciação. A violência, como aponta Ronaldo Lima

Lins, não se limita ao enredo: ela atravessa a forma, a sintaxe, a fragmentação e a oralidade, fazendo da própria linguagem um espaço de ruptura. Nesse sentido, a literatura periférica não solicita legitimidade ao cânone, ela o tensiona e o obriga a se reconfigurar.

À luz da Crítica Biográfica Fronteiriça, compreendemos que tais escritas emergem de localizações históricas e corporais específicas, produzindo conhecimento a partir da margem. A desobediência epistêmica, conforme formulada por Walter Mignolo, realiza-se aqui como prática concreta: escrever desde a periferia é romper com a lógica que historicamente reservou à margem o lugar de objeto e não de sujeito do saber. Carolina e Barbosa não representam a periferia; eles pensam o mundo a partir dela.

Assim, a literatura marginal periférica revela-se como produção estética e política que transforma precariedade em linguagem, dor em memória e exclusão em intervenção crítica. Ao fazê-lo, desloca as fronteiras do literário e reafirma que a margem não é ausência de centro, mas outro ponto de partida epistemológico. Entre diários e velas, o que se inscreve não é apenas denúncia, mas a afirmação de que escrever é existir, resistir e produzir conhecimento a partir daquilo que a modernidade tentou silenciar.

©Alfa Almerinda Moura de Campos y Viviani Cavalcante de Oliveira Leite

Bibliografia

Barbosa, Wesley. *Viela ensanguentada*. São Paulo: Patuá, 2019.

Dalcastagnè, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Horizonte, 2005.

Jesus, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014. 1ª ed., 1960.

Lins, Ronaldo Lima. *Literatura e violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

Mignolo, Walter. “Pensamiento fronterizo y representación: conversación con María Iñigo Clavo y Rafael Sánchez-Mateos Paniagua.” *Habitar la frontera: sentir y pensar la descolonialidad (antología 1999–2014)*, prólogo y selección de Francisco Carballo y Luis Alfonso Herrera Robles, Fundación CIDOB, 2015.

Nascimento, Érica Peçanha do. *Vozes marginais na literatura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

Nolasco, Edgar César. “Crítica biográfica fronteiriça (Brasil/Paraguai/Bolívia).” *Cadernos de Estudos Culturais: crítica biográfica*, vol. 2, no. 4, Editora UFMS, set. 2010.

Ribeiro, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2019.

Spivak, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.